

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2026

PROCESSO N. 31.51.006

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV.BR N. 90.106/2026

PROCESSO SEI N.º 387.00002091/2026-41

CONTRATANTE (UASG) (253101)

OBJETO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR POSTOS CREDENCIADOS PARA ATENDIMENTO DE 33 (TRINTA E TRÊS) VEÍCULOS DA FROTA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 28/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

VALOR REFERENCIAL PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.114.604,00 (DOIS MILHÕES, CENTO E CATORZE MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP: SIM

A **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU**, situada na Rua Boa Vista, 170 - Edifício C.I.D.A.D.E. I, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente CDHU, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, nos termos da Lei federal n.º 14.133/21 e demais normas aplicáveis à espécie, incluindo as orientações constantes de Manuais de Pregão Eletrônico pela Nova Lei de Licitações e do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, publicados naquele portal e deste partes indissociáveis, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), da Política de Transações com Partes Relacionadas e do Código de Conduta e Integridade da CDHU.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação visa à contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis e Outros Serviços Prestados por Postos Credenciados para atendimento de 31 (trinta e um) veículos a etanol e 02 (dois) veículos a diesel da frota da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, nos termos da tabela subscrita, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em consonância com as especificações de Termo de Referência (Anexo IV) deste Edital, compreendendo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
I	1	Serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível etanol, totalizando 347.340 litros, para 31 (trinta e um) veículos da frota CDHU.	25372	unidade	01 (um)
	2	Serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível diesel comum ou S-10, totalizando 19.020 litros, para 02 (dois) veículos da frota CDHU.			
	3	Serviços complementares de aquisição de redutor ARLA de combustível diesel comum ou S-10,			

		totalizando 510 litros, para 02 (dois) veículos da frota CDHU.			
	4	Serviços complementares de lavagem simples, totalizando 810 unidades, em 33 (trinta e três) veículos da frota CDHU.			

- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido em Termo de Referência (Anexo IV), devendo o licitante oferecer sua proposta, consoante descrito em Anexo I – Proposta Comercial, para todos os itens que compõem o objeto licitado.
- 1.3. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) meses, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS) emitida pela CDHU, após a implantação do sistema e treinamento dos usuários, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, nos termos da Lei n.º 13.303/16, consoante detalhamento constante de Minuta de Contrato (Anexo III) deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei n.º 14.133/2021 e na Lei Complementar n.º 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, observa-se que:
 - 2.5.1. A participação neste certame é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, observado o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei n.º 14.133/21.
 - 2.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. E, além do disposto nos artigos 65 a 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, não poderão disputar esta licitação:
 - a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
 - b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;
 - c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - h) agente público do órgão ou entidade licitante;
 - i) aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
 - j) aquele que, nos termos da alínea “b”, de inciso I, de artigo 13 c.c. artigo 11 da Lei Complementar n. 225/2026, for considerado devedor contumaz.
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.
- 2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata a alínea “d” do subitem 2.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a

efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 2.9. No que concerne às alíneas “b” e “c” do subitem 2.6., equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Não poderão disputar essa licitação, pessoas físicas, microempreendedor individual, cooperativas e empresas reunidas em consórcio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - b) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, excetuada a hipótese especificada no subitem 3.4.1. e subsequentes.
- 3.4.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.4.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.4.1. acima, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.
- 3.4.3. Como a participação não é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.5. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3. e 3.4. acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo percentual de desconto total aplicado ao objeto licitado nos termos da Proposta Comercial – Anexo I deste Edital.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar n.º 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem 4.6. acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II e §1º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou seu respectivo protocolo.
- 4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem 4.6. acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.1. O percentual de desconto (taxa de administração) ofertado e o valor de desconto resultante deverão contemplar no máximo duas casas após a vírgula.
- 4.8.2. O valor percentual da taxa de administração permanecerá fixo e irrealizável.
- 4.8.2.1. Não haverá previsão de reajuste contratual para o objeto em questão face à mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços – Taxa de administração (%) – que absorve sem restrições as variações decorrentes do mercado de combustíveis.
- 4.9. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nas normas de regência de contratações públicas, quando os licitantes participarem de licitações públicas.
- 4.10. Considerando o critério de julgamento de maior desconto definido nesta licitação, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o preço máximo previsto na Planilha Referencial de Preços - Anexo VI, deste Edital.
- 4.11. O descumprimento, por parte do contratado, das regras supramencionadas, pode ensejar a responsabilização dos interessados pela Administração, nos termos deste Edital e da legislação vigente.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado em percentual incidente sobre o valor referencial do item constante do Anexo VI – Planilha Referencial de Preços, deste Edital.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,3% (três décimos por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, conforme definido no início deste Edital.
- 5.11. Como adotado o modo de disputa “aberto”, para o envio de lances, no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem 5.18.1. terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate,

obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem 5.18.2.
 - 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:
 - 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.19.1.2. avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n.º 14.133/2021, conforme regulamento;
 - 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, cuja comprovação e avaliação seguirão os termos de artigo 14 do Decreto estadual n. 69.861/25 e Resolução CGE n. 04, de 27/2/2026 da Controladoria Geral do Estado.
 - 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:

- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no §1º do artigo 60 da Lei n.º 14.133/2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
 - 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 5.20.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.
 - 5.20.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às **condições de participação no certame**, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6. deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Relação de Apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 6.1.6. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, consoante artigo 12 da Lei federal n.º 8.429/1992.
- 6.1.7. Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne à medida prevista nas alíneas “b” e “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar n.º 225/2026, acerca do impedimento aplicável ao *devedor contumaz*.
- 6.1.8. Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual. A existência de pendências no registro do licitante não impede a participação na licitação, mas sim a celebração do contrato ou de instrumento equivalente, e quaisquer pagamentos, nos termos da Lei estadual

n. 12.799/08 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto estadual n. 53.455/08, e da Resolução SF-44/08, da Secretaria da Fazenda.

- 6.1.8.1. Constatado o registro no CADIN Estadual e desde que não se refira à proibição constante de subitem 6.1.7. acima, será concedido ao licitante o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva constatação, o qual poderá ser prorrogado, a critério da CDHU, para a devida regularização, permanecendo suspensa a contratação.
- 6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.3.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5. e 3.4. deste Edital.
- 6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 6.4.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.4.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.4. acima, o Pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7. deste Edital.

- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital ou em seus Anexos;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado definido para a contratação;
 - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.7. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a proposta por ele elaborada, nos termos da Proposta Comercial (Anexo I) deste Edital, com indicação do percentual da taxa de administração ofertada e os respectivos valores adequados ao valor final da proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.8.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.8.1.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, exemplificadamente, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de mercado e taxa de administração referencial do Volume 17 - Prestação de Serviços

de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos, do CADTERC, https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Servicos_UI/CadTerc/ui_CadTercApresentacaoExternoUsoEspecifico.aspx?chave= correspondente ao objeto licitado, vigente.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no subitem 8.4. do Termo de Referência - Anexo IV deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, sempre que for o caso, pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para os atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo CAUFESP, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.
- 7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência - Anexo IV deste Edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1. acima.
- 7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.
 - 7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
 - 8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.3.1.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo, ou em descumprimento ao disposto no subitem 8.3.1. acima, não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico sei.sp.gov.br, devendo, o interessado, para poder realizar o acesso, estar previamente cadastrado.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. O licitante será responsabilizado quando do cometimento das seguintes infrações:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
 - 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital;
 - e) apresentar proposta ou amostra, quando exigida em desacordo com as especificações deste Edital.
- 9.1.3. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar, quando exigida, amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) as peculiaridades do caso concreto.
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este Edital e aplicada após o regular processo administrativo.
- 9.5. A multa será recolhida nos percentuais abaixo indicados e incidentes sobre o valor do contrato licitado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 156 da Lei n.º 14.133/21, cumulado com parágrafos 1º a 5º do artigo 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.
- 9.5.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1. a 9.1.3., a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato licitado.
- 9.5.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4. a 9.1.8. a multa será de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato licitado.
- 9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 9.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.8. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após o regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1 a 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta estadual, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

- 9.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após o regular processo administrativo, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4. a 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1. a 9.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, de no mínimo 3 (três) anos a no máximo 6 (seis), no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos.
- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos neste Edital pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades acima descritas.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do artigo 158 da Lei n.º 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 9.14. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no artigo 166 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.15. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no artigo 167 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.17. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 9.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CDHU à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso

exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

- 9.19. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n.º 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 9.21. A CDHU deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, nos termos do art. 161 da Lei n.º 14.133/2021.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 10.1. As licitantes poderão solicitar esclarecimentos ou impugnar o Edital, por escrito, em até 5 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data da sessão de abertura do procedimento, à Gerência de Licitações, das 9 às 12 h e das 14h30min às 17 h, na Rua Boa Vista, 170 – Edifício CIDADE I – 1º andar – Bloco 5, Centro/SP, ou pelo e-mail: licitacao@cdhu.sp.gov.br.
- 10.1.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações recebidos após o horário definido nesse subitem serão considerados recebidos, para todos os efeitos, no dia útil imediatamente posterior.
- 10.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos pela Gerência de Licitações até o dia útil imediatamente anterior à sessão de abertura do certame.
- 10.3. As impugnações ao Edital serão respondidas no prazo de três dias úteis contados de seu recebimento, observado o disposto no subitem 10.1.1, acima.

- 10.4. Se os pedidos de esclarecimento ou as impugnações ao Edital não forem respondidos no prazo fixado no subitem anterior, a abertura da licitação será adiada, exceto se as questões apresentadas forem consideradas impertinentes ao objeto ou de caráter meramente protelatório à licitação.
- 10.5. Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela CDHU.
- 10.6. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados no site eletrônico da CDHU: <http://cdhu.sp.gov.br>, sendo de responsabilidade das licitantes seu acesso.
- 10.7. No caso de ausência de solicitação, pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

11. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 11.3. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura do Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo III.
- 11.4. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 11.4.1. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
 - 11.4.2. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados,

previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no subitem 6.1. deste Edital.

- 11.4.3. Constitui condição para a celebração da contratação, a inexistência de registro em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN Federal”, de que trata o inciso VI do artigo 2º da Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações, no que concerne ao impedimento aplicado ao *devedor contumaz* em conformidade com a alínea “c” do inciso I do artigo 13 da Lei Complementar n.º 225/2026, *salvo* quando houver efeito suspensivo em processo administrativo ou judicial, sem prejuízo do registro ou da baixa dessa caracterização no Cadastro de que trata a Lei n.º 10.522/2002 e suas alterações.
- 11.4.4. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual n. 12.799/2008.
- 11.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração da contratação:
 - 11.5.1. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário perante a CDHU;
 - 11.5.2. a apresentação de relação de postos de abastecimento credenciados localizados nos Município e estradas descritos nos Apêndices 1 e 2 e conforme definido no subitem 5.2. do Termo de Referência – Anexo IV deste Edital;
 - 11.5.3. a apresentação da Declaração de Atualização Cadastral do (s) Representante (s) Legal (ais) da adjudicatária designado (s) como signatário (s) do contrato a ser firmado com a CDHU, emitida pelo Sistema de Cadastro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – CadTCESP, por meio do endereço: <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/>.
- 11.6. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.
 - 11.6.1. O Contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

- 11.6.2. O prazo para assinatura previsto no subitem 11.6. poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 11.6.3. Será considerado celebrado o Contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 11.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o Contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do Contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.8. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de Contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Em caso de eventual divergência entre as especificações constantes deste Edital e anexos com o código de cadastramento do certame junto ao ambiente compras.gov.br, prevalecerão as disposições deste Edital.

- 12.6. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.
- 12.8.1 Para contagem dos prazos previstos neste Edital não serão computados os dias em que não há expediente na sede da CDHU, constantes do calendário disponível no site da CDHU.
- 12.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.9.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 12.9.2. O desatendimento de exigência meramente formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.10. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual n.º 69.861/2025, e na Resolução CGE n.º 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
- 12.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos de instrução normativa vigente.
- 12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da CDHU, www.cdhu.sp.gov.br/licitacoes.
- 12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.13. Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I Proposta Comercial.

Anexo II Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação.

Anexo III Minuta de Contrato.

Anexo IV Termo de Referência e Apêndices.

Anexo V Estudo Técnico Preliminar.

Anexo VI Planilha Referencial de Preços.

São Paulo, 12 de maio de 2026.

NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO

Diretor Administrativo-Financeiro

REINALDO IAPEQUINO

Diretor Presidente

ANEXO I**PROPOSTA COMERCIAL**

(a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

À**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**

Rua Boa Vista, 170 – Centro, São Paulo/SP

REF.: PREGÃO N. ____/2026**PROCESSO SEI CDHU N.º 387.00002091/2026-41**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis e Outros Serviços Prestados por Postos Credenciados para atendimento de 33 (trinta e três) veículos da frota da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação constante da licitação supra referida e de seus anexos, propomos executar, sob nossa integral responsabilidade o objeto desta licitação, em consonância às especificações constantes de Termo de Referência – Anexo IV, pela Taxa de Administração de _____ % (_____), resultando no valor total de R\$ _____ (_____), na forma e condições seguintes:

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	CUSTO MENSAL		CUSTO TOTAL ESTIMADO (30 meses)	
		QUANT.	CUSTO	QUANT.	CUSTO
Etanol	R\$ 5,44	11.578	R\$ 62.984,32	347.340	R\$ 1.889.529,60
Diesel comum ou S-10	R\$ 8,83	634	R\$ 5.598,22	19.020	R\$ 167.946,60
Agente Redutor ARLA 32	R\$ 8,78	17	R\$ 149,26	510	R\$ 4.477,80
Lavagem simples	R\$ 65,00	27	R\$ 1.755,00	810	R\$ 52.650,00
A - VALOR TOTAL ESTIMADO – 30 MESES SEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					R\$ 2.114.604,00

[*] B – Taxa de Administração (%)	
[*] B.1 – Taxa de Administração (R\$)	
C – VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$) = (A – B.1)	

Obs: [*] – Devem ser expressos somente com duas casas após a vírgula.

- 1) A Taxa de Administração acima proposta não contém qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e contempla, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, encargos e benefícios e despesas indiretas (BDI), emissão de segunda via dos cartões ou similares, substituição de senha e demais despesas relacionadas à perfeita prestação dos serviços.
- 2) Declaramos estar cientes dos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), bem como do Código de Conduta e Integridade da CDHU, disponibilizados em seu site, comprometendo-nos a respeitá-los e cumpri-los.
- 3) Os serviços em questão encontram-se sujeitos às regras dispostas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).
- 4) Mês de Referência de Preços: _____ / 2026 (mês de apresentação da Proposta).

A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua apresentação.

(Local), ____ de _____ de 2026.

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
(a ser preenchida em papel timbrado do Licitante)

Eu, _____, portador do CPF n.º _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), na qualidade de participante do Pregão Eletrônico n.º 006/2026, Processo SEI CDHU n.º 387.00002091/2026-41, **DECLARO**, para fins de atendimento dos requisitos de habilitação constantes de subitem 8.4.1. de Termo de Referência -Anexo IV de Edital, que:

- a) Cumprimos as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único de artigo 117 da Constituição Estadual.
- b) Dispomos de estrutura operacional para o perfeito atendimento do objeto contratual e, na data da assinatura do Contrato, apresentaremos o rol de postos de abastecimento credenciados, em nossa rede, localizados nos Municípios e estradas relacionados nos Apêndices 1 e 2 e conforme definido no subitem 5.2. do Termo de Referência – Anexo IV do Edital.
- c) No caso de nos sagarmos vencedores do certame, atenderemos na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e nos comprometemos a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei n.º 6.019/1974, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 13.467/2017.

(Local), _____ de _____ de 2026.

(Nome/Assinatura do representante legal)

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. _____/2026

PROCESSO SEI N. 387.00002091/2026-41

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/____

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO
ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E
OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR
POSTOS CREDENCIADOS PARA
ATENDIMENTO DE 33 (TRINTA E TRÊS)
VEÍCULOS DA FROTA DA CDHU, FIRMADO
ENTRE A CDHU E A
EMPRESA_____.**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU**, com sede nesta Capital, na Rua Boa Vista, 170 - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.865.597/0001-09, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente **REINALDO IAPEQUINO**, e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, **NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO**, aqui designada simplesmente **CDHU**, e de outro lado, _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s), aqui designada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, tendo em vista o que consta do Processo SEI n.º 387.00002091/2026-41, conforme homologação do Ilmo. Sr. Presidente, que será regido pela Lei n.º 13.303/16, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e pelo Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, pela Lei n.º 14.133/21, no que for aplicável, e em observância às demais legislações vigentes à matéria, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato visa à prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis e Outros Serviços Prestados por Postos Credenciados, para atendimento de 33 (trinta e três) veículos da frota da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – **CDHU**, em conformidade com as especificações técnicas

constantes de Termo de Referência (Anexo IV) do Edital de Pregão Eletrônico n.º _____/2026, deste parte integrante, compreendendo as seguintes atividades:

- a) Disponibilização de Sistema Tecnológico, com Software de Gestão de Abastecimento e fornecimento de Equipamentos Periféricos e cartões.
- b) Ministração de treinamento do Sistema Tecnológico ofertado.
- c) Serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível etanol, totalizando 347.366 (trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e três) litros.
- d) Serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível diesel, comum ou S-10, totalizando 19.031 (dezenove mil e trinta e um litros) litros.
- e) Serviços de distribuição de redutor ARLA 32, totalizando 514 (quinhentos e catorze) litros.
- f) Serviços de lavagem simples, totalizando 810 (oitocentos e dez) unidades.

1.1.1. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado deverá constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços, integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.

1.1.2. O serviço de lavagem simples inclui a limpeza interna e externa dos veículos, com todos os procedimentos necessários a higienização dos mesmos, tais como aspiração, limpeza interna dos painéis e demais superfícies, entre outros.

1.1.3. Face às demandas internas, estima-se que a condução dos veículos da frota **CDHU** dar-se-á por 110 (cento e dez) usuários.

1.1.4. O objeto contempla a frota de veículos da **CDHU** lotados no Município de São Paulo e cidades das bases operacionais onde atua esta Companhia, conforme endereços e quantidades aproximadas subscritas.

BASE OPERACIONAL	ENDEREÇO (GR – Gerência Regional)	QUANTITATIVO DE VEÍCULOS	
		ETANOL	DIESEL
São Paulo /Capital	Rua General Carneiro n.º 245 –	17	2

	Centro São Paulo/SP – CEP 01015-000.		
Araçatuba/SP	GR Araçatuba: Rua Torres Homem n.º 722, Jardim Bandeirantes, Araçatuba/SP - CEP: 16015-510.	2	-
Araraquara/SP	GR Araraquara: Av. Mariano Mingotti n.º 40 – Vila Harmonia – Araraquara/SP – CEP: 14802-630.	1	-
Bauru/SP	GR Bauru: Av. Cruzeiro do Sul n.º 13-15 – Jardim Carvalho – Bauru/SP – CEP: 17030-743.	1	-
Campinas/SP	GR Campinas: Av. Professora Ana Maria Silvestre Adade n.º 499 – Parque das Universidades – Campinas/SP - CEP: 13086-130.	1	-
Marília/SP	GR Marília: Av. Santo Antonio n.º 636 – Centro - Marília/SP – CEP: 17500-070.	1	-
Presidente Prudente / SP	GR Presidente Prudente: Rua Laguna n.º 308 – Jardim Morishita – Presidente Prudente/SP – CEP: 19050-730.	1	-
Ribeirão Preto/SP	GR Ribeirão Preto: Av. Presidente Castelo Branco n.º 2.100 – Bairro Nova Ribeirânia – São José do Rio Preto/SP – CEP: 15025-095	2	-
Santos/SP	GR Santos: Av. Senador Pinheiro Machado n.º 796 – Marapé – Santos/SP – CEP: 11075-002.	1	-
São José dos Campos/SP	GR S. J. dos Campos: Rua Sebastião Humel n.º 268 – Faro Shopping/Centro – São José dos Campos/SP – CEP: 12210-200.	1	-
São José do Rio Preto/SP	GR São José do Rio Preto: Av. Floriano Andre Cabrera S/N – Jd. São Marcos - São José do Rio Preto/SP – CEP: 15081-190	2	-
Sorocaba/SP	GR Sorocaba: Rua Comendador Antonio Soares Regal n.º 145 – Jardim São Carlos – Sorocaba/SP – CEP: 18046-360.	1	-
TOTAL DE VEÍCULOS		31	2

1.1.5. Os serviços objeto deste Contrato serão prestados num raio máximo de 5 km (cinco quilômetros) das bases operacionais da frota CDHU, supracitadas em item 1.1.4., e nos Municípios da Região Metropolitana (RMSP) de São Paulo e estradas relacionados, respectivamente, nos Apêndices 1 e 2 do Termo de Referência – Anexo IV do Edital.

1.1.5.1. Nas áreas circunscritas aos locais supracitados, os serviços de abastecimento serão prestados, no mínimo, de segunda a sábado, das 7h às 20h, com 1 (um) posto, no mínimo, com atendimento 24h (vinte e quatro horas) diárias, 7 (sete) dias por semana.

1.2. Os serviços deverão ser executados com eficiência e qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. A vigência do presente Contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir de sua assinatura, estando nela computados os prazos de implantação, de execução e de recebimento indicados neste instrumento, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, nos termos da Lei federal n.º 13.303/16.

2.2. A **CONTRATADA** deverá implantar o Sistema de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura deste instrumento.

2.2.1. A implantação deste Sistema compreenderá as etapas subscritas:

- a) cadastramento dos veículos e condutores;
- b) definição da logística da rede de postos credenciados;
- c) preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- d) fornecimento à **CDHU** dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
- e) treinamento dos condutores e gestores, e
- f) fornecimento dos cartões para os veículos.

2.3. Os serviços de gerenciamento contratados deverão ser executados dentro do período de 30 (trinta) meses, contados da emissão, pela **CDHU**, da Ordem de Início dos Serviços - OIS, após a implantação do sistema e treinamento dos usuários designados pela **CDHU**, podendo ser prorrogado

na forma da Lei e limitado ao prazo de vigência estabelecido no item 2.1. acima.

- 2.4. A inobservância dos prazos estipulados neste Contrato somente será admitida pela **CDHU** quando fundamentada nos termos da Lei federal n.º 13.303/16 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **CDHU**, que deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades previstas neste instrumento.
- 2.5. Eventual prorrogação dos prazos indicados nos itens 2.1. e 2.3. supracitados será formalizada mediante a celebração do respectivo termo de aditamento a este Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal n.º 13.303/16 e do RILC **CDHU**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O objeto do presente Contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- 4.1. O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), data base: ____/2026, sendo que a Taxa de Administração é de ____ % (_____), nos termos da Proposta Comercial aceita no Pregão Eletrônico n.º ____/2026 e assim distribuído:

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	CUSTO MENSAL		CUSTO TOTAL ESTIMADO (30 meses)	
		QUANT.	CUSTO	QUANT.	CUSTO
Etanol	R\$ 5,44	11.578	R\$ 62.984,32	347.340	R\$ 1.889.529,60
Diesel comum ou S-10	R\$ 8,83	634	R\$ 5.598,22	19.020	R\$ 167.946,60
Agente Redutor ARLA 32	R\$ 8,78	17	R\$ 149,26	510	R\$ 4.477,80
Lavagem simples	R\$ 65,00	27	R\$ 1.755,00	810	R\$ 52.650,00
A - VALOR TOTAL ESTIMADO – 30 MESES SEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					R\$ 2.114.604,00
B – Taxa de Administração (%)					
B.1 – Taxa de Administração (R\$)					

C – VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$) = (A – B.1)	
----------------------------------------------------------------	--

- 4.2. A Taxa de Administração acima proposta não contém qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e contempla, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, encargos e benefícios e despesas indiretas (BDI), emissão de segunda via dos cartões ou similares, substituição de senha e demais despesas relacionadas à perfeita prestação dos serviços.
- 4.3. O percentual da Taxa de Administração incidirá sobre os combustíveis e serviços a serem prestados pelos postos credenciados junto à **CONTRATADA** e deverá remunerar todas as despesas atinentes à prestação dos serviços.
- 4.4. O valor percentual da taxa de administração permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência da contratação, em face da mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços (Taxa de Administração) que absorve, sem restrições, as variações decorrentes do mercado de combustíveis.
- 4.5. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar n.º 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a **CDHU**, tampouco requerer o reequilíbrio econômico- financeiro, com base na alegação de que sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos disponíveis constantes da Reserva de Verba n. C11584, conta n. 2.01.00.00, Fluxo Financeiro n. 22.01.02.03, consignada no orçamento vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. A **CDHU** pagará à **CONTRATADA**, após análise e aprovação, por parte do Gestor designado pela **CDHU**, os serviços efetivamente executados a cada quinzena, com base no Relatório Analítico de Despesas emitido pela **CONTRATADA**, para fins de medição, considerando sobre eles a incidência do percentual da Taxa de Administração constante de subitem

4.1. de Cláusula Quarta deste instrumento, não sendo admitidos quaisquer adiantamentos.

6.1.1. Para cada competência mensal, as medições dos serviços dar-se-ão quinzenalmente, sendo a primeira correspondente ao período do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto) dia e a segunda ao período do 16º (décimo sexto) ao último dia do mês. De forma que, em cada período medido, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- a) a **CONTRATADA** deverá apresentar Relatório Analítico de Despesas discriminando os abastecimentos (combustíveis etano e diesel – comum ou S-10 e redutor ARLA 32) e lavagens simples realizados no período, a base operacional e respectivo centro de custo, contendo as seguintes informações:
- Identificação do posto (Nome e Endereço).
 - Identificação do veículo (marca, tipo e placa).
 - Hodômetro do veículo no momento do abastecimento.
 - Tipo de Combustível.
 - Data e hora da transação.
 - Quantidade de litros.
 - Valor da operação de abastecimento.
 - Valor do serviço de lavagem.
 - Identificação do Condutor (Nome e Matrícula).
- b) A **CONTRATADA** deverá emitir os respectivos documentos de cobrança, e no caso da primeira e última medições, o faturamento será proporcional ao número de dias de prestação dos serviços dentro da competência mensal.
- c) A remuneração da **CONTRATADA** será resultante da aplicação da Taxa de Administração “T” (%) somada de uma unidade (conforme fórmula subscrita) multiplicado ao efetivo montante total dos gastos incorridos pela **CDHU** com o (s) abastecimento (s) da frota (combustíveis etanol e diesel – comum ou S-10 e redutor ARLA 32) e lavagem (ns) simples dos veículos na quinzena em referência, constantes do Relatório Analítico de Despesas, devidamente aprovado pela **CDHU**.

$$Pq = (1 + T / 100) \times G, \text{ onde:}$$

Pq = valor total do pagamento em uma determinada quinzena q;

T = Taxa de Administração "T";

G = gastos incorridos pela **CDHU** com o abastecimento da frota e lavagem simples de veículos na quinzena q.

6.1.2. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), com a aprovação dos serviços realizados no período quinzenal, a **CDHU** autorizará o faturamento pela **CONTRATADA**, no primeiro dia útil subsequente, mediante envio dos documentos de cobrança de prestação de serviços, considerando:

- a) 1 (uma) Nota Fiscal/Fatura para o total dos abastecimentos (etanol, diesel comum ou S-10 e redutor ARLA 32) realizados nos 33 (trinta e três) veículos da frota **CDHU**; e
- b) 1 (uma) Nota Fiscal/Fatura para o total dos serviços de lavagem simples realizados nos 33 (trinta e três) veículos da frota **CDHU**.

6.1.3. A realização de glosas não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** na hipótese de inexecução dos serviços.

6.2. A **CDHU** pagará a **CONTRATADA**, referente ao pedido quinzenal medido e aprovado, o valor dos serviços efetivamente executados conforme abaixo indicado e nos prazos subscritos, sem qualquer incidência de atualização monetária:

- a) Quanto aos abastecimentos de combustíveis etanol e diesel comum ou S-10 e do redutor ARLA 32: o pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do aceite da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do Decreto estadual n.º 44.781/2000.
- b) Quanto aos serviços de lavagem simples: o pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do aceite da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 2º do Decreto estadual n.º 32.117/1990 e suas alterações.

6.2.1. A efetivação do pagamento à **CONTRATADA** fica condicionada à ausência de registro no CADIN Estadual, nos termos da Lei estadual n.º 12.799/08.

6.2.2. No caso de inexistência na nota fiscal/fatura e/ou na hipótese de glosas, esta será devolvida à **CONTRATADA** para correção, sendo

o prazo para pagamento, consoante indicado no item 6.2. acima, somente será contado a partir de sua reapresentação e aceitação pela Superintendência de Finanças da Diretoria Administrativo-Financeira da **CDHU**.

- 6.3. A **CDHU** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 6.3.1. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente no Banco do Brasil S/A, em nome da **CONTRATADA**, sendo que o depósito da respectiva quantia pela **CDHU** configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os efeitos de direito.
- 6.5. É vedada a negociação das faturas ou duplicatas com terceiros, bem como o desconto ou a promoção da cobrança das faturas ou duplicatas por meio de banco, senão quando prévia e expressamente autorizado pela **CDHU**.
- 6.5.1. Se da infringência do disposto no subitem 6.5. desta cláusula advier protesto do título, a **CONTRATADA** deverá efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartório.
- 6.6. Havendo atraso no pagamento, em decorrência de fato não atribuído à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “*pro rata temporis*” desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento.
- 6.7. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS TRIBUTOS

- 7.1. Os impostos, taxas, contribuições, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços abrangidos neste instrumento serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, que os recolherá sem direito a reembolso pela **CDHU**.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. Não haverá exigência da prestação de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 9.1. À **CONTRATADA**, além das obrigações específicas estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência – Anexo IV e demais Anexos do Edital, bem como daquelas estabelecidas em lei, cabe ainda:
- a) Designar formalmente, no ato da assinatura deste Contrato, preposto que será incumbido de geri-lo, como seu responsável técnico, bem como de coordenar os trabalhos e responder pelo cumprimento e desempenho dos serviços contratados.
 - b) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente.
 - c) Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível consumido e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que a **CDHU** não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
 - d) Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.
 - e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
 - f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CDHU** ou a terceiros, independentemente de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade, a fiscalização da **CDHU** em seu acompanhamento.

- g) Ressarcir a **CDHU** eventuais despesas com abastecimento em postos devidamente cadastrados pela **CONTRATADA**, nos quais tenha ocorrido impossibilidade de pagamento por sistema eletrônico ou manual, cujo valor será abatido na medição seguinte ao abastecimento.
- h) Fornecer gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões micro processados para cada veículo cadastrado e informado pela **CDHU**, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota da **CDHU**.
- i) Ministrar treinamento objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema.
- j) Credenciar somente postos que não estejam relacionados em publicação no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos da Lei estadual n.º 11.929, de 12 de abril de 2005 e Portaria da Secretaria da Fazenda CAT 02/11.
- k) Descredenciar os postos que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS relacionados em publicação no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos da Lei estadual n.º 11.929, de 12 de abril de 2005 e Portaria CAT 02/11 e suas alterações.
- l) Não credenciar e/ou descredenciar posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e CETESB.
- m) Acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, por problemas de qualidade do combustível fornecido, informando imediatamente aos gestores da **CDHU**; providenciando credenciamento em substituição em até 15 (quinze) dias desta comunicação à **CDHU**.
- n) Comunicar à **CDHU**, quando da transferência e/ou retirada e substituição de postos credenciados.
- o) Atender, de imediato, as solicitações da **CDHU** quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- p) Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados à **CDHU** ou a terceiros, decorrentes da execução deste Contrato.
- q) Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente à **CDHU**, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

- r) Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela **CDHU**, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.
- s) Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão, movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera, preferencialmente movidos a etanol ou gás natural veicular (GNV).
- t) Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados.
- u) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato.
- v) Fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos credenciados objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade.
- w) Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação, e incorreta ou inadequada utilização.
- x) Não oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta deste Contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- y) Comprometer-se, em atendimento à Lei federal n.º 12.846/13 e ao Decreto estadual n.º 69.588/2025, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:
 - y.1) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
 - y.2) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
 - y.3) Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

y.4) No tocante a licitações e contratos:

- y.4.1) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- y.4.2) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- y.4.3) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- y.4.4) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- y.4.5) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- y.4.6) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- y.4.7) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

y.5.) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

9.2. O descumprimento das obrigações previstas nas alíneas “x” e “y” desta cláusula poderá submeter a **CONTRATADA** a rescisão unilateral deste Contrato, a critério da **CDHU**, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei federal n.º 12.846/13 e o Decreto estadual n.º 69.588/2025.

9.3. A **CONTRATADA** sujeita-se às normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e do Código de Conduta e Integridade da **CDHU**, bem como encontra-se vinculada aos termos do presente Edital e seus Anexos e à Proposta Comercial por ela apresentada e aceita no certame.

- 9.4. A fiscalização dos serviços pela **CDHU** não exclui nem reduz a completa responsabilidade da **CONTRATADA** pela inobservância de qualquer obrigação assumida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CDHU

- 10.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da **CDHU**:
- a) Indicar formalmente, na data de assinatura deste Contrato, o gestor e/ou fiscal (ais) para acompanhamento da execução contratual.
 - b) Fornecer à **CONTRATADA**, após a assinatura deste Contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e centro de custos, se houver.
 - c) Expedir Ordem de Início dos Serviços (OIS), após a implantação do sistema e treinamento dos usuários designados pela **CDHU**, indicando a data de início dos serviços de gerenciamento.
 - d) Exercer a fiscalização dos serviços através de empregados especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstos no Edital, no Termo de Referência, na Proposta Comercial e neste Contrato, de forma satisfatória, e documentando as ocorrências.
 - e) Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da **CONTRATADA**, e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.
 - f) Prestar à **CONTRATADA**, e a seus representantes e funcionários todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
 - g) Convocar a **CONTRATADA**, para reuniões, sempre que necessário;
 - h) Responsabilizar-se pelo recolhimento do Comprovante de Abastecimento e/ou de Serviço e da correspondente Nota Fiscal de cada transação efetuada.
 - i) Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela **CONTRATADA**, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando-a, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança.

- j) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- k) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com condições e Taxa de Administração pactuadas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto desta contratação, a **CDHU**, através de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução de seu escopo.
- 11.2. A fiscalização da **CDHU** terá livre acesso aos locais de execução dos serviços.
- 11.3. A **CDHU** exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**.
- 11.4. A fiscalização dos serviços pela **CDHU** não exclui nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. A **CONTRATADA** não poderá transferir o objeto deste Contrato, no todo ou em parte, nem subcontratar os serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO

- 13.1. A cada quinzena, por ocasião da medição dos serviços executados, o objeto contratado deverá ser recebido:
 - a) Provisoriamente, pelo (s) fiscal (ais) técnico e administrativo, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP), assinado pelas partes, em até 2 (dois) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**

de sua conclusão, mediante o envio do correspondente relatório analítico de despesas para medição dos serviços executados no período.

- b) Definitivamente, por todos os agentes gestores envolvidos na contratação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), assinado pelas partes, após o prazo de até 2 (dois) dias da emissão do TRP, comprovando o cumprimento das obrigações contratuais e a aprovação, pela **CDHU**, da medição realizada, assim autorizando a emissão, pela **CONTRATADA**, das correspondentes notas fiscais/faturas de prestação dos serviços.

13.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição quinzenal dos serviços até que sejam sanadas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, além da possibilidade de eventual glosa.

13.3. A **CDHU** deverá rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contratado, sendo essa verificação de responsabilidade da área gestora deste Contrato.

13.3.1. Havendo rejeição dos serviços, a **CONTRATADA** deverá refazê-los no prazo estabelecido pela **CDHU**, observando as condições estabelecidas para a prestação.

13.4. A responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação em vigor, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 14.1. e não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 14.1. acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - 14.2.4. **Multa**:
 - a) Moratória nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento), nos casos de atraso injustificado ou da infração descrita na alínea “d” do subitem 14.1. acima, sobre o valor da parcela não executada.
 - b) Compensatória, para a inexecução prevista nas alíneas “a” e “b” do subitem 14.1. acima, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato.
 - c) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1. acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor deste Contrato.
 - d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1. acima, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor deste Contrato.
- 14.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.

- 14.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CDHU** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 14.3.3. Os valores de eventuais multas aplicadas serão atualizados pela **CONTRATANTE** até a data de seu pagamento pela **CONTRATADA**.
- 14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a **CDHU**;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159 da referida Lei.
- 14.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou

de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 14.9. A **CDHU** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.11. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei federal n.º 12.846/2013 e do Decreto estadual n.º 69.588/2025, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 15.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado **por acordo entre as partes** e nas seguintes hipóteses:
- 15.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- 15.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei n.º 13.303/2016 e indicados no item 15.2. abaixo.
- 15.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- 15.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução do serviço.

- 15.1.5. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CDHU** para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 15.2. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
- 15.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 15.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 15.4. Em havendo alteração deste Contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CDHU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 15.5. A variação do valor contratual para fazer face a eventual atualização, compensação ou penalização financeira decorrente das condições de pagamento previstas neste instrumento, não caracteriza alteração do contrato e pode ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.
- 15.6. No que tange à eventual prorrogação de prazo contratual, esta somente poderá ser efetivada, entre as partes, se observados os limites legais dispostos na Lei n.º 13.303/2016 e as disposições do artigo 140 e seguintes do RILC **CDHU**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 16.1. A inexecução total ou parcial do presente Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, pelos motivos elencados nos artigos 180 a 182 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **CDHU**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 17.1. O presente Contrato regula-se pelas suas Cláusulas, pela Lei n.º 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **CDHU**, publicado no site www.cdhu.sp.gov.br, pelos preceitos de Direito Privado e do Código do Consumidor.
- 17.2. Ajustam as partes que as disposições constantes dos artigos 476 e 477 do Código Civil não se aplicam ao presente instrumento.
- 17.3. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir a inobservância, mesmo por omissão, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste Contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 17.4. O presente Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados, não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, ser negociados, dados em garantia ou caucionados, sem prévia e expressa autorização escrita da **CDHU**.
- 17.5. Integram o presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico n.º ____/2026, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, a ata de Sessão Pública do certame, bem como o Termo de Ciência e de Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 17.6. Utilizar, de forma privativa e confidencial, os dados fornecidos pela **CDHU**, observando o disposto na Lei federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

- 18.1. Incumbirá à **CDHU** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes declaram o foro da sede da **CDHU** como único competente, não obstante as regras vigentes no Direito Privado, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 136 do RILC **CDHU**.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes, na presença de testemunhas instrumentárias, o presente Termo por meio de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do Governo do Estado de São Paulo.

São Paulo, na data de assinatura digital.

Pela **CDHU**:

NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO
Diretor Administrativo-Financeiro

REINALDO IAPEQUINO
Diretor Presidente

Pela **CONTRATADA**:

NOME:
RG:

NOME:
RG:

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:

NOME:
RG:

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis e Outros Serviços Prestados por Postos Credenciados para atendimento de 33 (trinta e três) veículos da frota da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, nos termos da tabela subscrita, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e resumidamente subscritas.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	[*] QUANT.	[*] PREÇO UNITÁRIO DO GRUPO (ref. Total 30 meses)
I	1	Serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível etanol, totalizando 347.366 litros, para 31 (trinta e um) veículos da frota CDHU.	25372	unidade	01 (um)	R\$ 2.114.877,69
	2	Serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível diesel comum ou S-10, totalizando 19.031 litros, para 02 (dois) veículos da frota CDHU.				
	3	Serviços complementares de aquisição de aditivo ARLA 32 (agente redutor líquido automotivo) totalizando 514 litros, para 02 (dois) veículos movidos à diesel da frota CDHU.				

	4	Serviços complementares de lavagem simples, totalizando 798 unidades, em 33 (trinta e três) veículos da frota CDHU.				
--	---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

Obs: CÓDIGO CATSER 25372: Controle de Abastecimento de Veículos
Grupo: 859 – Outros Serviços de Suporte
[*] Quantidades e Preços Totais para a vigência contratual (30 meses)

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do Sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), continuados, não havendo predominância nem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual n.º 67.985/2023.
- 1.4. O prazo de execução dos serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e outros serviços realizados nos postos credenciados pela Contratada é de 30 (trinta) meses, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços (OIS), após a implantação do sistema e treinamento dos usuários, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e desde que observados os limites legais dispostos na Lei n.º 13.303/2016 e as disposições do artigo 141 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.
- 1.5. A minuta de Contrato – Anexo ____ do Edital de Pregão Eletrônico oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, este objeto contratual.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação desta contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, Anexo ____ do Edital.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução desta contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, Anexo ____ do Edital.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

- 4.1.1. A Contratada será responsável pelo descredenciamento de postos de abastecimento de combustível que estiverem sancionados pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).
- 4.1.2. Nas atividades de apoio e supervisão dos serviços, visando a efetiva redução de emissões poluidoras na atmosfera, a Contratada deverá manter os veículos envolvidos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, preferencialmente etanol ou Gás Natural Veicular (GNV).
- 4.1.3. Considerando os abastecimentos de combustível diesel a serem realizados na frota CDHU, o uso do redutor ARLA 32 - Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo, é essencial para a redução da emissão de poluentes, transformando os tóxicos óxidos de nitrogênio em materiais não-nocivos, como nitrogênio e água.

4.2. Da Garantia da Contratação

- 4.2.1. Não haverá exigência da prestação de garantia de execução contratual.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Dos Prazos e Início de Execução Contratual

57

- 5.1.1. A Contratada deverá implantar o Sistema de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do Contrato.
- 5.1.2. A implantação deste Sistema compreenderá as etapas subscritas:
- a) cadastramento dos veículos e condutores;
 - b) definição da logística da rede de postos credenciados;
 - c) preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
 - d) fornecimento à CDHU dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
 - e) treinamento dos condutores e gestores; e,
 - f) fornecimento dos cartões para os veículos.

5.2. Da abrangência Geográfica

- 5.2.1. O objeto contempla a frota de veículos da CDHU lotados no Município de São Paulo e cidades das bases operacionais onde atua esta Companhia, conforme endereços e quantidades aproximadas subscritas.

BASE OPERACIONAL	ENDEREÇO (GR – Gerência Regional)	QUANTITATIVO DE VEÍCULOS	
		ETANOL	DIESEL
São Paulo /Capital	Rua General Carneiro n.º 245 – Centro São Paulo/SP – CEP 01015-000.	17	2
Araçatuba/SP	GR Araçatuba: Rua Torres Homem n.º 722, Jardim Bandeirantes, Araçatuba/SP - CEP: 16015-510.	2	-
Araraquara/SP	GR Araraquara: Av. Mariano Mingotti n.º 40 – Vila Harmonia – Araraquara/SP – CEP: 14802-630.	1	-
Bauru/SP	GR Bauru: Av. Cruzeiro do Sul n.º 13-15 – Jardim Carvalho – Bauru/SP – CEP: 17030-743.	1	-
Campinas/SP	GR Campinas: Av. Professora Ana Maria Silvestre Adade n.º 499 – Parque das Universidades – Campinas/SP - CEP: 13086-130.	1	-
Marília/SP	GR Marília: Av. Santo Antonio n.º 636 – Centro - Marília/SP – CEP: 17500-070.	1	-

Presidente Prudente / SP	GR Presidente Prudente: Rua Laguna n.º 308 – Jardim Morishita – Presidente Prudente/SP – CEP: 19050-730.	1	-
Ribeirão Preto/SP	GR Ribeirão Preto: Av. Presidente Castelo Branco n.º 2.100 – Bairro Nova Ribeirânia – São José do Rio Preto/SP – CEP: 15025-095	2	-
Santos/SP	GR Santos: Av. Senador Pinheiro Machado n.º 796 – Marapé – Santos/SP – CEP: 11075-002.	1	-
São José dos Campos/SP	GR S. J. dos Campos: Rua Sebastião Humel n.º 268 – Faro Shopping/Centro – São José dos Campos/SP – CEP: 12210-200.	1	-
São José do Rio Preto/SP	GR São José do Rio Preto: Av. Floriano Andre Cabrera S/N – Jd. São Marcos - São José do Rio Preto/SP – CEP: 15081-190	2	-
Sorocaba/SP	GR Sorocaba: Rua Comendador Antonio Soares Regal n.º 145 – Jardim São Carlos – Sorocaba/SP – CEP: 18046-360.	1	-
TOTAL DE VEÍCULOS		31	2

- a) Os locais e quantidades aproximadas supracitadas poderão sofrer alterações durante a vigência contratual, em função de demandas internas desta CDHU.

5.2.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados em postos credenciados num raio máximo de 5 km (cinco quilômetros) das bases operacionais da frota CDHU, dos quais pelo menos 1 (um) deverá realizar serviços de lavagem simples.

- a) Caso a Contratada não possua posto credenciado no limite supracitado, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pela CDHU, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato.
- b) No caso de mudança dos endereços das bases operacionais da frota CDHU, após comunicada pela CDHU, a Contratada deverá credenciar, no mínimo, 1 (um) posto nas mesmas condições contratadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.2.3. Considerando que as atividades da CDHU são desempenhadas em todo o Estado de São Paulo e visando abastecer os veículos em viagem, a Contratada deverá manter postos credenciados em:

- a) Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, conforme expresso no Apêndice 1 deste Termo de Referência, devendo manter, no mínimo, 1 (um) posto credenciado na área urbana central;
- b) Municípios da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, independentemente do número de habitantes, assim relacionados: São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André, Diadema, Mogi das Cruzes, Ferraz de Vasconcelos, Taboão da Serra, Itaquaquecetuba, Osasco, Embu, Cotia, Carapicuíba, Caieiras, Guarulhos, Suzano, Embu Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha e Cajamar;
- c) Estradas relacionadas no apêndice 2 deste Termo de Referência, com no mínimo, 1 (um) posto credenciado a cada 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros).
 - c.1) Nas estradas que tiverem menos de 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros) deverá ser mantido ao menos 1 (um) posto credenciado.

5.2.4. Incluem-se na área de abrangência as estradas federais (BR's) circunscritas no Estado de São Paulo.

5.3. **Da Rede de Postos Credenciados**

- 5.3.1. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento, no mínimo, de segunda-feira a sábado - das 7h às 20h horas, devendo haver ao menos, 1 (um) posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, nas áreas circunscritas às bases operacionais descritas em item 5.21. deste instrumento.
- 5.3.2. A CDHU deverá ter acesso a todos os postos credenciados pela Contratada no Estado de São Paulo, não sendo permitida a restrição de uso da rede.
- 5.3.3. Os postos credenciados deverão possuir identificação em local visível com a logomarca da Contratada.
- 5.3.4. O credenciamento de novos postos, além dos relacionados no item 5.2., conforme a necessidade da CDHU, deverá ser efetivado pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.
 - a) Caso não seja possível credenciar o posto solicitado, a Contratada deverá apresentar alternativa para a necessidade informada pela CDHU.

- 5.3.5. As eventuais alterações ou mudança dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente à CDHU, via internet, correio eletrônico ou no sistema instalado pela Contratada.
- 5.3.6. Cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela Contratada, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.
- 5.3.7. A Contratada é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que a CDHU não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

5.4. Do Sistema de Abastecimento

- 5.4.1. A CDHU fornecerá à Contratada o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e centro de custo das Unidades, contendo os seguintes dados:
- Tipo da frota (própria ou locada).
 - Placa.
 - Marca,
 - Modelo.
 - Chassi.
 - Tipo de Combustível.
 - Ano de fabricação.
 - Lotação (Área e Código do Centro de Custo).
 - Capacidade do tanque.
 - Hodômetro.
 - Nome, matrícula e Área dos condutores.
 - Base operacional da frota.
- 5.4.2. O Sistema Tecnológico Integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, sendo que para tal, os veículos terão seu próprio cartão magnético ou micro processado.
- 5.4.3. Cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela Contratada, sendo de responsabilidade da

mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como identifique as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

- 5.4.4. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma *on line* e instantânea.
- 5.4.5. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas para cada veículo deverão ser descentralizadas e automáticas.
- 5.4.6. A CDHU deverá estabelecer para cada veículo, ou equipamento automotivo da sua frota, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização da CDHU. Os abastecimentos e uso de serviços realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito será de total responsabilidade da Contratada.
- 5.4.7. A rede de postos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.
- 5.4.8. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações relacionadas a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
- Identificação do posto (Nome e Endereço).
 - Identificação do veículo (placa).
 - Hodômetro do veículo no momento do abastecimento.
 - Tipo de combustível e/ou serviço a ser utilizado.
 - A data e hora da transação.
 - Quantidade em litros.
 - Valor da operação.
 - Identificação do Condutor (Nome e Matrícula).
- 5.4.9. O sistema deve permitir que os abastecimentos e uso de serviços realizados nos casos de viagem para outros estados ou mesmo cidades que não possuam postos credenciados, sejam registrados manualmente conforme solução a ser definida e apresentada pela Contratada.
- 5.4.10. O sistema deverá permitir, ainda, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pela

CDHU, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Gestor do Contrato.

5.5. Das Especificações

- 5.5.1. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado deverá constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços, integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.
- 5.5.2. O software de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da Contratada devem compreender, no mínimo:
- a) registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento que for efetuada a operação;
 - b) emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;
 - c) parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo no mínimo, as seguintes restrições:
 - para a frota: preço unitário limite por litro, quantidade mensal de litros;
 - por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em Reais (R\$) por transação e em Reais por mês (R\$/mês);
 - para o posto: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos penalizados com suspensão do cadastro de ICMS junto a Fazenda Estadual. A consulta dos postos penalizados pode ser feita através do endereço eletrônico: <http://www.fazenda.sp.gov.br>;
 - para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.
 - d) o cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
 - e) identificação do condutor no momento do abastecimento através da senha pessoal;

- f) os Equipamentos Periféricos necessários para operação do Sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela Contratada, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, na base operacional da CDHU, sem qualquer ônus para a CDHU;
- g) a exportação de dados, para o Software de Gestão de Frota da CDHU, que permita a leitura de arquivos txt, csv, xls, xlsx ou xml e ainda a possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidades da CDHU, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- Nome, endereço e CNPJ completos do posto credenciado.
 - Data e horário do abastecimento (dd/mm/aaaa – 00h00).
 - Quilometragem no momento do abastecimento.
 - Tipo de combustível.
 - Valor unitário do abastecimento por litro.
 - Quantidade em litros.
 - Valor total do abastecimento.
 - Placa do veículo.
 - Natureza de outros serviços utilizados.
 - Valor unitário do serviço utilizado.
 - Valor total do serviço utilizado.
 - Nota/Cupom Fiscal.
- g.1) A Contratada deverá disponibilizar os dados supramencionados através de sistema WEB, on line.
- h) o fornecimento para a CDHU do cadastro dos postos credenciados para migração dos dados ao sistema da CDHU, com as seguintes informações:
- Nome Fantasia.
 - Razão Social.
 - CNPJ.
 - Inscrição Estadual.
 - Endereço.
 - Bairro.
 - Cidade.

- Telefone.
- Contato.
- E-mail.
- CEP.

i) garantia da segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

5.5.3. O serviço de lavagem simples inclui a limpeza interna e externa dos veículos, com todos os procedimentos necessários a higienização dos mesmos, tais como aspiração, limpeza interna dos painéis e demais superfícies, entre outros.

5.5.4. **Dos Relatórios**

- a) A Contratada deverá disponibilizar acesso ao Software de Gestão de Abastecimento em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pela CDHU.
- b) A CDHU deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Abastecimento, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda a frota CDHU, de acordo com suas respectivas responsabilidades.
- c) Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:
 - c.1) Relação dos veículos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa, área e centro de custo.
 - c.2) Histórico das operações realizadas pela frota contendo:
 - Data.
 - Hora.
 - Identificação do estabelecimento.
 - Identificação do condutor.
 - Identificação do veículo (placa).
 - Hodômetro do veículo no momento do abastecimento.
 - Tipo de Combustível.

- Quantidade em litros adquiridos.
 - Valor unitário por tipo de combustível.
 - Valor total da operação em R\$ (Reais).
 - Tipo e valor do serviço utilizado.
- c.3) Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro.
- c.4) Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela CDHU.
- c.5) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado.
- c.6) Informar quinzenalmente os preços históricos unitários em R\$/litro contratados na última quinzena por tipo de combustível, ordenados do menor valor para o maior (ordem decrescente de valor), com respectivo nome do posto e por região.
- c.7) Volume de litros, de gastos realizados, por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota.
- c.8) Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros.
- c.9) Despesas realizadas por base operacional e Área ou centro de custos, quando for o caso.
- c.10) Desconto sobre o preço da bomba, resultado da negociação de preço sobre o preço de bomba dos combustíveis, quando for o caso.

5.5.5. Do Treinamento dos Condutores e Gestores

- a) A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para a CDHU e no prazo definido no subitem 5.1.2. deste instrumento, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:
- Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito.
 - Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios.

- Informações relativas e eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las.
- Aplicação prática do Sistema.
- Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do Sistema.

5.5.6. Dos Preços dos Combustíveis e Serviços Complementares

- a) O Sistema deve permitir identificar a qualquer momento, o preço à vista atualizado e praticado pelos postos de abastecimento.
- b) O Sistema deverá permitir o registro da negociação de preços dos combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter redução do preço de bomba dos combustíveis onde a quantidade de veículos seja significativa.
- c) Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba dos postos credenciados e/ou negociado diretamente pela CDHU com o posto credenciado.
- d) A Contratada disponibilizará, via internet ou outro meio eletrônico, informações quinzenais dos preços históricos dos consumos praticados nos postos que abasteceram a frota, em reais (R\$), por tipo de combustível, ordenados por município e por valor em ordem crescente, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço.
- e) A CDHU estabelecerá, como limite e parâmetro restritivo para utilização do cartão, o preço unitário médio do mês anterior ao da efetivação do abastecimento, por município onde está instalada a base operacional da frota, disponibilizado no endereço eletrônico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>) para os diversos tipos de combustíveis.
- f) Em relação aos serviços complementares, a CDHU efetuará pesquisa de mercado a fim de obter referências de preços que constituirão limite para a utilização do cartão.
 - f.1) A pesquisa de mercado será realizada pela CDHU com observância dos seguintes parâmetros:
 - Consulta a estabelecimentos que produzam, comercializem ou prestem os serviços conforme a natureza do item relacionado.

- Elaboração de pesquisa que seja válida para a região de abrangência.
- Observância das diretrizes do Decreto estadual n.º 67.888, de 17 de agosto de 2023.
- Atualização da pesquisa com a periodicidade definida pela CDHU, observando a validade dos preços de referência.

5.5.7. Da segurança no Fornecimento

- a) Nos casos de falha dos Equipamentos Periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos ou equipamentos automotivos e na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, por meio de serviço de atendimento ao cliente. Este procedimento deve consistir na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da Contratada, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da CDHU.
- b) A Contratada deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone e Internet.
- c) A Contratada deverá ter uma central de atendimento que permita à CDHU o acesso através de ligação gratuita, com empregados para atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

5.5.8. Dos Quantitativos dos Serviços

- a) A Prestação de Serviços componentes deste objeto compreende o abastecimento de etanol, para 31 (trinta e um) veículos, abastecimento de diesel (comum ou S-10) e aquisição de redutor ARLA 32, para 02 (dois) veículos, e serviços de lavagem simples para o total de 33 (trinta e três) veículos automotores da frota CDHU, lotados nas bases operacionais relacionadas em item 5.2. deste Termo de Referência.
- b) Para a vigência contratual, de 30 (trinta) meses, são previstos os abastecimentos e fornecimentos totais para estes 33 (trinta e três) veículos conforme quantitativos estimados subscritos:

DESCRIÇÃO ABASTECIMENTO/SERVIÇO	QUANTIDADE (33 VEÍCULOS)	
	MENSAL(aprox.)	TOTAL (30 meses)
Etanol	11.578 litros	347.366 litros
Diesel comum ou S-10	634 litros	19.031 litros
Redutor ARLA 32	17 litros	514 litros
Lavagem simples	27 unidades	810 unidades

c) Face às demandas internas, estima-se que a condução destes veículos dar-se-á por 110 (cento e dez) usuários.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, às disposições da Lei federal n.º 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a CDHU e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A CDHU poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Do Preposto

6.5.1. A Contratada designará formalmente, no ato da assinatura do Contrato, preposto que será incumbido de geri-lo, como seu responsável técnico, bem como de coordenar os trabalhos e responder pelo cumprimento e desempenho dos serviços contratados, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5.2. A CDHU poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.6. Da Fiscalização

6.6.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (ais) do Contrato, ou pelo (s) respectivo (s) substituto (s),

conforme artigos 174 e 175 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da CDHU.

- 6.6.2. A fiscalização técnica, administrativa e setorial quanto à execução contratual poder-se-á, se o caso e por designação da CDHU, ser exercida por único responsável.
- 6.6.3. A fiscalização dos serviços pela CDHU não exime nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.7. Da Fiscalização Técnica

- 6.7.1. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.7.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com o Contrato, as conferências dos serviços executados.
- 6.7.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle contratual, precipuamente dos quantitativos e prazos estabelecidos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução deste objeto.
- 6.7.5. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor contratual, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor contratual.
- 6.7.8. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.8. Da Fiscalização Administrativa

- 6.8.1. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará a reserva orçamentária, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização

de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor contratual para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.8.3. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- a) A fiscalização da CDHU terá livre acesso aos locais de execução do serviço.
 - b) A CDHU exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado.
 - c) A fiscalização de que trata este item 6.8.3. não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CDHU.
 - d) A ausência de comunicação, por parte da CDHU, referente a irregularidades ou falhas, não exime a Contratada do regular cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

6.9. Do Gestor do Contrato

- 6.9.1. O gestor do Contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do Contrato.
- 6.9.2. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins da autorização da despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da verificação de atendimento das obrigações assumidas contratualmente e do pagamento da despesa.
- 6.9.3. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei federal n.º 14.133/2021.

- 6.9.4. O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.9.5. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente à Superintendência de Finanças da Diretoria Administrativo-Financeira da CDHU para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução deste objeto pela CDHU dar-se-á conforme critérios e condições abaixo elencados.

- 7.1.1. Para cada competência mensal, as medições dos serviços dar-se-ão quinzenalmente, sendo a primeira correspondente ao período do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto) dia, e a segunda ao período do 16º (décimo sexto) ao último dia do mês; sendo que, em cada período medido, deverão ser observados os procedimentos subscritos:

- a) a Contratada deverá apresentar Relatório Analítico de Despesas discriminando os abastecimentos (combustíveis etanol e diesel – comum ou S-10 e redutor ARLA-32) e lavagens simples realizados no período, a base operacional e respectivo centro de custo, contendo as seguintes informações:
- Identificação do posto (Nome e Endereço).
 - Identificação do veículo (marca, tipo e placa).
 - Hodômetro do veículo no momento do abastecimento.
 - Tipo de Serviço.
 - Data e hora da transação.
 - Quantidade de litros.
 - Valor da operação de abastecimento.
 - Valor do serviço de lavagem.
 - Identificação do Condutor (Nome e Matrícula).
- b) A Contratada deverá emitir respectivos documentos de cobrança, e no caso da primeira e última medições, o faturamento será proporcional ao número de dias de prestação dos serviços dentro da competência mensal.

7.1.2. A Contratada deverá executar os serviços, objeto desta contratação, pela Taxa de Administração contratada, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;

7.1.3. A remuneração da Contratada será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pela CDHU com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços na quinzena em referência constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pela CDHU com o correspondente recebimento definitivo, conforme fórmula abaixo:

$$Pq = (1 + T / 100) \times G, \text{ onde:}$$

Pq = valor total do pagamento em uma determinada quinzena q;

T = Taxa de Administração "T";

G = gastos incorridos pela CDHU com o abastecimento da frota e serviços de lavagem simples de veículos na quinzena q.

7.1.4. Após o recebimento definitivo, os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou do negociado diretamente pela CDHU com o posto credenciado.

7.1.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados,
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Do Recebimento

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo (s) fiscal (ais) técnico e administrativo, consoante disposições do artigo 169 do RILC CDHU, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP), assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da comunicação escrita da Contratada de sua conclusão, mediante o envio do correspondente relatório analítico de despesas para medição dos serviços executados no período.

- a) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação escrita de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- b) O fiscal técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratual mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- c) O fiscal administrativo do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratual mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- d) O fiscal setorial do Contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo, mediante emissão de termo (s) detalhado (s) – Termo de Recebimento Provisório (TRP).
- e) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, além da possibilidade de eventual glosa.
- f) A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório - TRP.
- g) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.2.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo de Recebimento Provisório (TRP) deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para recebimento definitivo.

7.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente, por todos os agentes envolvidos na contratação, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo (TRD), assinado pelas partes, no prazo de até

2 (dois) dias da emissão do TRP, comprovando o cumprimento das obrigações contratuais e a aprovação, pela CDHU, da medição realizada, assim autorizando a emissão, pela Contratada, das correspondentes Notas Fiscais/Faturas de prestação dos serviços, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a autorização e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo de Recebimento Definitivo - TRD para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentados;
- c) Comunicar à Contratada para que emita a (s) Nota (s) Fiscal (ais)/Fatura(s), com o(s) valor(s) exato(s) dimensionado(s) pela fiscalização; sendo:
 - c.1) 1 (uma) Nota Fiscal/Fatura para o total dos abastecimentos (etanol/diesel comum ou S-10/ARLA 32) realizados nos 33 (trinta e três) veículos da frota CDHU; e
 - c.2) 1 (uma) Nota Fiscal/Fatura para o total dos serviços de lavagem simples realizados nos 33 (trinta e três) veículos da frota CDHU;
- d) Enviar a documentação pertinente ao Gestor contratual para a formalização dos procedimentos de autorização e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, a Contratada deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de autorização e pagamento.

7.2.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança dos serviços, que subsiste na forma da Lei.

7.3. Da Autorização de Pagamento

- 7.3.1. Recebida (s) a (s) Nota (s) Fiscal (ais) ou documento (s) de cobrança equivalente (s), a ser (em) apresentada (s) pela Contratada no primeiro dia subsequente à comunicação pela CDHU, a Superintendência de Administração de Serviços autorizará o pagamento dos serviços prestados, em função do atendimento das exigências contratuais; encaminhando-a (o) para a área financeira da CDHU para pagamento.
- 7.3.2. Para fins de autorização de pagamento, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do Contrato e da CDHU;
 - d) o período respectivo de execução do Contrato;
 - e) o valor a pagar;
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
 - g) Taxa de administração.
- 7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a autorização do pagamento da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CDHU;
- 7.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital; e
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CDHU.

- 7.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CDHU deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.3.8. Persistindo a irregularidade, a CDHU deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 7.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, o (s) pagamento (s) será (ão) realizado (s) normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. Do Prazo de Pagamento

- 7.4.1. A **CDHU** pagará a **CONTRATADA**, referente ao pedido quinzenal medido e aprovado, o valor dos serviços efetivamente executados conforme abaixo indicado e nos prazos subscritos, sem qualquer incidência de atualização monetária:
 - a) Quanto aos abastecimentos de combustíveis etanol/diesel comum ou S-10 e do redutor ARLA 32: o pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do aceite da Nota Fiscal/Fatura pelo Gestor do Contrato, desde que tenha sido autorizado o pagamento da despesa, conforme subitem 7.3., nos termos do art. 2º, parte final do inciso II, do Decreto estadual n.º 67.608/2023, c/c art. 1º do Decreto estadual n.º 44.781/2000.
 - b) Quanto aos serviços de lavagem simples: o pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do aceite da Nota Fiscal/Fatura pelo Gestor do Contrato, desde que tenha sido autorizado o pagamento da despesa, conforme subitem 7.3., nos termos do art. 2º do Decreto estadual n.º 32.117/1990 e suas alterações.
- 7.4.2. No caso de atraso pela CDHU, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual n.º 67.608/2023, c.c. o artigo 1º do Decreto estadual n.º 32.117/1990, bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

7.5. Da Forma de Pagamento

- 7.5.1. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de crédito aberto em conta corrente no Banco do Brasil S/A, em nome da Contratada, sendo que o depósito da respectiva quantia pela CDHU configurará plena, geral e irrevogável quitação para todos os fins e efeitos de direito.
- a) Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual n.º 12.799/2008.
- 7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.3. A CDHU poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- a) Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Da Forma de seleção e do critério de julgamento da proposta

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

8.2. Do Regime de Execução

- 8.2.1. O regime de execução do Contrato será de empreitada por preço unitário.

8.3. Da Proposta Comercial e do Critério de Aceitabilidade de Preços

- 8.3.1. A Proposta Comercial deverá ser elaborada nos termos do Anexo I do Edital.
- 8.3.2. A Taxa de Administração proposta não deverá conter qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e deverá contemplar, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos, encargos e benefícios e despesas indiretas (BDI), emissão de segunda via dos cartões ou similares, substituição de senha e demais despesas relacionadas à perfeita prestação dos serviços.
- 8.3.3. O percentual da Taxa de Administração incidirá sobre os combustíveis e serviços a serem prestados pelos postos credenciados junto à Contratada e deverá remunerar todas as despesas atinentes à prestação dos serviços.
- a) O percentual de desconto (Taxa de Administração) ofertado e o valor de desconto resultante deverão contemplar no máximo duas casas após a vírgula.
- 8.3.4. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste instrumento, no Edital e seus anexos.
- 8.3.5. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Termo de Referência e Proposta Comercial.
- a) A licitação será realizada em grupo único, formado pelos itens descritos no item 1.1. deste instrumento, em cujo valor total (sem Taxa de Administração) o licitante deverá ofertar o percentual de desconto.
- 8.3.6. Para efeito do Sistema de Pregão Eletrônico, o Licitante deverá observar as seguintes instruções na elaboração de sua Proposta:
- a) A Proposta Comercial (Anexo I do Edital) preenchida em todos os seus tópicos deverá destacar o valor total final (atualizado) obtido no certame, finda a etapa de lances e negociação (se houver); o percentual da taxa de administração (desconto ofertado) e o respectivo valor resultante, e ser anexada no Sistema de Pregão Eletrônico na etapa de aceitabilidade de preços.
- 8.3.7. A Proposta Comercial deve ser apresentada em valor vigente na data de sua apresentação.
- 8.3.8. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de mercado e taxa de administração referencial do Volume 17 - Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de

Veículos, do CADTERC, https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/P09_Estudo_SEM_Marcas_Revisao_Vol17_RO03.pdf correspondente ao objeto licitado.

8.4. Das Exigências de Habilitação

8.4.1. Para fins de Habilitação, deverá o Licitante comprovar os seguintes requisitos:

I - Da Habilitação Jurídica

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade empresária, respectivamente, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

I.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II - Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor, conforme Decreto federal n.º 8.302/14 e Portaria do Ministério da Fazenda 358, de 05/09/14.
- b) Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, obtida no endereço eletrônico: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br> e com prazo de validade em vigor.

- c) Certificado de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/43 (art. 642-A), com prazo de validade em vigor.

II.1. Serão aceitas Certidões Negativas e Certidões Positivas com Efeito de Negativas.

III - Da Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

IV - Da Qualificação Técnica

- a) Atestado (s) emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprove (m) a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantitativos similares ao objeto licitado, correspondentes, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) dos serviços de abastecimentos e serviços pretendidos, considerando quantitativos subscritos.

ITEM TR	DESCRIÇÃO	QUANT. LICITADA PARA O TOTAL DE 12 MESES	A ATESTAR
5.5.8., alínea "b"	Gerenciamento de abastecimento de combustíveis (litros)	146.544	73.272

a.1) O (s) Atestado (s) deverá (ão) conter:

- Prazo contratual, datas de início e término;
- Local da prestação dos serviços;
- Natureza da prestação dos serviços;
- Quantidades executadas;
- Caracterização do bom desempenho do licitante;
- Outros dados característicos; e
- A identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome, o cargo e o telefone do signatário.

- a.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes Atestados de serviços executados.
- a.3) O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor da documentação apresentada, solicitando ao licitante documentos complementares, tais como: Nota (s) Fiscal (ais), contrato, Ordem de Serviço (s), etc.

8.4.2. Das Outras Comprovações

- a) Declaração, conforme modelo apresentado no Anexo II – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação do Edital, subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
 - a.1) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.
 - a.2) Declaração, subscrita por seu representante legal, sob as penas da lei, de que para o perfeito atendimento do objeto contratual, na data da assinatura do Contrato, apresentará o rol de postos de abastecimento credenciados disporá o credenciamento dos postos de abastecimento localizados nos Municípios e estradas relacionados nos Apêndices 1 e 2 deste instrumento, em conformidade ao subitem 5.2. deste Termo de Referência.
 - a.3) Atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei n.º 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal n.º 13.467/2017.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor total referencial para esta contratação, sem taxa de administração, orçado pela CDHU, para vigência de 30 (trinta) meses, conforme constante no Anexo VI – Planilha Referencial de Preços - do Edital, é de R\$ 2.112.745,24 (Dois milhões, cento e doze mil, setecentos e quarenta e cinco reais, vinte e quatro centavos).

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração Indireta do Estado.
- 10.2. No presente exercício, esta contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 2.01.00.00 – Superintendência de Administração de Serviços;
 - II) Fonte de Recursos: Recursos Próprios da Administração Indireta
 - III) Programa de Trabalho: 22010203 – Combustíveis e Lubrificantes
 - IV) Elemento de Despesa: Serviços
 - V) Plano Interno: Fluxo Financeiro n.º _____, Nota de Reserva n.º C11584, de 31/03/2026.

11. DOS APÊNDICES

- 1 – Relação de Municípios do Estado de São Paulo com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.
- 2 - Relação de estradas circunscritas no Estado de São Paulo.

São Paulo, Março de 2026

Sergio Israel dos Reis
Gerente de Transportes

APÊNDICE 1

RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 200.000 HABITANTES

CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	POPULAÇÃO
3501608	Americana	229.322
3503208	Araraquara	226.508
3505708	Barueri	262.275
3506003	Bauru	366.992
3509502	Campinas	1.164.098
3510609	Carapicuíba	392.294
3513009	Cotia	229.548
3513801	Diadema	412.428
3515004	Embu das Artes	261.781
3516200	Franca	342.112
3518701	Guarujá	311.230
3518800	Guarulhos	1.324.781
3519071	Hortolândia	215.819
3520509	Indaiatuba	231.033
3522505	Itapevi	223.404
3523107	Itaquaquecetuba	352.801
3524402	Jacareí	226.539
3525904	Jundiaí	401.896
3526902	Limeira	296.440
3529005	Marília	232.006
3529401	Mauá	453.286
3530607	Mogi das Cruzes	424.633
3534401	Osasco	694.844
3538709	Piracicaba	391.449
3541000	Praia Grande	299.261
3541406	Presidente Prudente	222.192
3543402	Ribeirão Preto	666.323
3547809	Santo André	710.210
3548500	Santos	433.966
3548708	São Bernardo do Campo	816.925
3548906	São Carlos	241.389
3549805	São José do Rio Preto	442.548
3549904	São José dos Campos	668.597
3550308	São Paulo	11.967.825
3551009	São Vicente	355.542
3552205	Sorocaba	644.919
3552403	Sumaré	265.955
3552502	Suzano	285.280
3552809	Taboão da Serra	272.177

3554102	Taubaté	302.331
---------	---------	---------

APÊNDICE 2**RELAÇÃO DE ESTRADAS CIRCUNSCRITAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

RODOVIA
BR 101
BR 116 / SP 060
BR 116 / SP 230
BR 153
BR 381
SP 042
SP 055
SP 065
SP 070
SP 075
SP 077
SP 079
SP 098
SP 099
SP 101
SP 103
SP 107
SP 125
SP 127
SP 147
SP 150
SP 160
SP 222
SP 255
SP 258
SP 266
SP 270
SP 280
SP 294
SP 300
SP 304
SP 308
SP 310
SP 320
SP 326
SP 327
SP 328
SP 330
SP 332
SP 333
SP 334
SP 340
SP 348
SP 354
SP 360
SP 425

SP 543

Obs: Incluem-se na área de abrangência as estradas federais (BR's) circunscritas no Estado de São Paulo.

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

- N.º do Estudo Técnico Preliminar: 05/2026
- Categoria do objeto: Serviços
- Processo Administrativo: CDHU SEI n.º 387.00002091/2026-41

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

No desempenho das atividades institucionais que visam gerir e ampliar os Programas Habitacionais executados em todo o Estado de São Paulo, em 12 (doze) Gerências Regionais e diversos Escritórios de Apoio Técnico na RMSP atuantes, os funcionários desta CDHU utilizam-se rotineiramente dos veículos da frota desta Companhia para tais deslocamentos.

Neste sentido, considerando que esta CDHU não possui tanque de combustível em suas dependências e nem um Sistema Tecnológico de gerenciamento desta frota, as longas distâncias e trajetos percorridos exigem controles e gerenciamentos dinâmicos e eficazes do uso destes veículos, precipuamente quanto aos abastecimentos e serviços correlatos necessários.

3 - ÁREA REQUISITANTE

- Áreas: Gerência de Transportes, da Superintendência de Administração de Serviços.
- Responsável: Gerente de Transportes.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Visando garantir a garantia de padrões de qualidade e sustentabilidade requeridas, são indispensáveis que a Contratada:

- a) Disponha de ampla rede credenciada de postos de combustíveis, que forneçam combustíveis (etanol e diesel) e redutor ARLA 32, bem como prestem serviços correlatos (lavagem simples), que não tenham impedimentos legais de atuação, principalmente relacionados à poluição

ambiental, e estejam localizados nas regiões onde a CDHU atua no desempenho de sua missão institucional; e

- b) Disponha de Sistema Tecnológico com respectivo software de gestão de combustíveis e serviços a serem consumidos nesta rede credenciada, integrado à sistema de cartão de pagamento, e cuja utilização pelos usuários deverá ocorrer após treinamento prévio a ser ministrado pela Contratada.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Consoante pesquisa realizada no site [“paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-servicos”](https://paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-servicos), de contratações similares efetivadas por outros órgãos e entidades públicas, no período 2024/2025, para o código de serviços 25372: *Controle de Abastecimento de Veículos* - constatou-se processos de contratações realizadas na modalidade “Pregão Eletrônico”, conforme subscritas:

- SOLUÇÃO 1: Aquisição de combustível, sem controle gerenciado mediante sistema tecnológico integrado;
- SOLUÇÃO 2: Contratação de empresa para prestar serviços de gerenciamento informatizado da frota, com abastecimentos de combustíveis em tanques e bombas instalados nas dependências da Administração contratante; e
- SOLUÇÃO 3: Contratação de empresa para prestar serviços de gerenciamento informatizado da frota, com abastecimentos em rede credenciada de postos de combustíveis, com pagamento exclusivo pela Contratada, dos preços da bomba, ou por esta negociados, e dos serviços correlatos.

Considerando que um dos propósitos desta contratação é a redução de custos resultantes de adiantamentos de pagamentos de combustíveis, ora realizados de pronto, quando dos abastecimentos da frota CDHU, pela inexistência de tanque ou bomba de combustível próprio desta Companhia, do ponto de vista econômico, operacional e gerencial a solução 3 mostra-se a mais adequada à CDHU, segundo também os parâmetros definidos em Volume 17 do CADTERC – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos, válidos para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Estadual.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. Para atingir o objetivo da contratação pretendida, a Contratada deverá prestar os serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos em 33 (trinta e três) veículos automotores da frota CDHU, considerando:
- I) o abastecimento de combustíveis etanol, para 31 (trinta e um) veículos, e diesel comum ou S-10 e de redutor ARLA 32, para 02 (dois) veículos;
 - II) os serviços de lavagem simples, incluindo limpeza interna e externa, com todos os procedimentos necessários à higienização, tais como aspiração, limpeza interna dos painéis e demais superfícies, entre outros;
 - III) o credenciamento de postos de combustíveis localizados nos Municípios deste Estado de São Paulo com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, da RMSP e em estradas circunscritas neste Estado de São Paulo, a serem relacionados no respectivo Termo de Referência;
 - IV) a disponibilização de software de gestão de abastecimento, de equipamentos periféricos e cartões (magnéticos ou micro processados) individualizados validados por senha; que permitam cadastramento de veículos/usuários, registros informatizados de consumo e serviços utilizados, a emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais; e
 - V) o treinamento de capacitação de condutores e gestores da CDHU que utilizarão o Sistema de Gestão/Gerenciamento supracitado.
- 6.2. Os abastecimentos deverão ser realizados nos postos credenciados, de 2ª a sábado, das 7h às 20h, e 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, em, no mínimo, 1 (um) posto credenciado localizado nas áreas circunscritas às bases operacionais da frota CDHU, conforme relacionadas em Termo de Referência.
- 6.3. A Contratada deverá fiscalizar a rede credenciada de postos, não credenciando e/ou descredenciando aqueles que tiverem suspensos os cadastros do ICMS, relacionados em publicação do DOESP, ou sancionados por descumprimento às legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, precipuamente as regulamentações do IBAMA, CONAMA, CETESB e da Secretaria do Meio Ambiente.
- 6.4. Os pagamentos dos valores dos combustíveis consumidos deverão ser faturados conforme preços à vista de bomba dos postos credenciados, bem como quanto à distribuição do redutor e aos serviços de lavagem, sendo pagos exclusivamente pela Contratada.
- 6.5. A Contratada deverá prestar suporte técnico através de Serviços de Atendimento ao Cliente – SAC, por telefone, 24 horas/dia, todos os dias do ano; e pela internet.

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

DESCRIÇÃO ABASTECIMENTO/SERVIÇO	QUANTIDADE (33 VEÍCULOS)	
	MENSAL	TOTAL (30 meses)
Etanol	11.578 litros	347.340 litros
Diesel comum ou S-10	634 litros	19.020 litros
Redutor ARLA 32	17 litros	510 litros
Lavagem simples	27 unidades	810 unidades

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total referencial para esta contratação, sem taxa de administração, orçado pela CDHU, para vigência de 30 (trinta) meses, é de R\$ 2.114.604,00 (Dois milhões, cento e catorze mil, seiscentos e quatro reais), conforme constará em anexo específico do Edital.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Os serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e demais serviços prestados por postos credenciados são indivisíveis.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para este objeto, não há contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está alinhada na previsão do orçamento 2026 desta CDHU.

12 - BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Almejam-se a redução de despesas com a frota, por meio de controles mais dinâmicos e eficazes; a redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, emissão de faturas, controles, espaço físico e

peçoal); a flexibilização do sistema de abastecimento por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados; a agilidade nos procedimentos; a evolução dos controles, veracidade das informações, redução do tempo de compilação e análise de dados; a obtenção de informações sobre o abastecimento em tempo hábil para a tomada de decisões corretivas e preventivas; a melhoria do gerenciamento das manutenções preventiva e corretiva por meio do controle de quilometragem e consumo por veículo; a redução de gastos inadequados, por meio da utilização de relatórios de exceção; e a eliminação de adiantamentos para o pagamento de abastecimento de combustíveis e serviços de lavagem.

13 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A CDHU deverá fornecer à Contratada, após a assinatura do Contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e centro de custos.

14 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A Contratada será responsável pelo não credenciamento e/ou desc credenciamento de postos de abastecimento de combustível que estiverem sancionados pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

Nas atividades de apoio e supervisão dos serviços, visando a redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera, a Contratada deverá manter os veículos envolvidos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, preferencialmente etanol ou Gás Natural Veicular (GNV).

A utilização de meio eletrônico no gerenciamento especificado neste objeto resultará na redução de uso de meio físico – papel – propiciando menor impacto socioambiental.

15 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando as justificativas e os benefícios a serem alcançados, os requisitos e o modelo de contratação explanados neste ETP, bem como a valoração estimativa de seu custo, restam presentes as condições que ratificam sua plena viabilidade.

16 - RESPONSÁVEIS

Sergio Israel dos Reis
Gerente de Transportes

ANEXO VI

PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO	CUSTO MENSAL		CUSTO TOTAL ESTIMADO (30 meses)	
		QUANT.	CUSTO	QUANT.	CUSTO
Etanol	R\$ 5,44	11.578	R\$ 62.984,32	347.340	R\$ 1.889.529,60
Diesel comum ou S-10	R\$ 8,83	634	R\$ 5.598,22	19.020	R\$ 167.946,60
Agente Redutor ARLA 32	R\$ 8,78	17	R\$ 149,26	510	R\$ 4.477,80
Lavagem simples	R\$ 65,00	27	R\$ 1.755,00	810	R\$ 52.650,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – 30 MESES SEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					R\$ 2.114.604,00

- Valor Total (sem Taxa de Administração) estimado para 30 (trinta) meses:
R\$ 2.114.604,00 (Dois milhões, cento e catorze mil, seiscentos e quatro reais)
- Consumos totais estimados para o uso de 33 (trinta e três) veículos automotores da frota CDHU, lotados nas bases operacionais, nesta Capital e demais municípios onde atua esta Companhia, conforme relacionadas em item 5.2. de Termo de Referência (Anexo IV de Edital).
- Quantidade estimada de Usuários: 110 (cento e dez).
- Os quantitativos e preços médios unitários são resultantes do histórico de abastecimentos e serviços de lavagem simples realizados no período de Março/25 a Fevereiro/26, acrescidos de margem de segurança de 20% (vinte por cento).

O percentual referencial da Taxa de Administração ofertada pelo Licitante deverá ser aplicado sobre o valor total estimado desta contratação (R\$ 2.114.604,00), nos termos constantes no Volume 17 - Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos, do CADTERC vigente, https://compras.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/P09-Estudo_COM_Marcas_Revisao_Vol17_V1.pdf, que será utilizado como parâmetro para aceitabilidade da Proposta Comercial (Anexo I) ofertada.

- O percentual de desconto a ser ofertado representará o percentual (negativo) da Taxa de Administração que deverá constar da Proposta Comercial (Anexo I do Edital) ofertada.